



GABARITO COMENTADO

Olá, pessoal! Tudo bem? Aqui é **Gabriel Rabelo**, Auditor Fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, Professor de Contabilidade e Direito Empresarial do Estratégia Concursos e Coordenador do Exame de Suficiência do CFC aqui no site.

Hoje passamos para deixar os comentários do **Primeiro Simulado para o Exame do CFC do Estratégia Concursos**. Esperamos que tenham gostado.

As dúvidas e recursos podem ser encaminhados ao nosso grupo de estudos no Facebook:

Exame de Suficiência – Grupo de Estudos | Sem Propagandas.

Aguardamos vocês lá!

Bom, é isso, pessoal! Vamos começar? **Apenas lembrando que os cursos para o Exame do CFC estão com um belo desconto, até a data de 05.07. Para os alunos do Pacote Completo e do Pacote de Conhecimentos Específicos, os próximos dois simulados serão gratuitos. Se você preferir, pode adquirir o curso de simulados separadamente.**

Forte abraço e sucesso a todos!

Estamos à disposição.

Gabriel Rabelo.
@gabrielrabelo87

**GABARITO DAS QUESTÕES**

QUESTÃO	GABARITO	QUESTÃO	GABARITO
1	C	26	C
2	B	27	A
3	D	28	C
4	D	29	D
5	D	30	D
6	D	31	B
7	D	32	B
8	A	33	C
9	D	34	A
10	B	35	D
11	B	36	C
12	B	37	A
13	C	38	D
14	B	39	B
15	D	40	D
16	C	41	D
17	B	42	B
18	E	43	C
19	B	44	B
20	A	45	C
21	A	46	A
22	D	47	B
23	A	48	C
24	C	49	A
25	B	50	C



SIMULADO EXAME DE SUFICIÊNCIA CFC 2017.2

1) ACia. KLS apresentou, em 31/12/2016, as seguintes contas com os respectivos saldos:

Conta	Valores em R\$
Contas a Receber a longo prazo	100.000,00
Veículos	300.000,00
Caixa	3.000,00
Adiantamento a Fornecedores (as mercadorias serão recebidas em 90 dias)	9.000,00
Contas a Receber (em até 120 dias)	36.000,00
Estoques (prazo médio de renovação dos estoques é de 50 dias)	90.000,00
Depreciação Acumulada – Veículos	96.000,00
Móveis e Utensílios	100.000,00
Impostos a pagar (em 30 dias)	60.000,00
Títulos a pagar de longo prazo	12.600,00
Equipamentos	300.000,00
Imposto de Renda a Pagar (em 40 dias)	12.800,00
Contas a pagar (em 20 dias)	60.000,00
Clientes (prazo médio de recebimento das vendas é de 80 dias)	200.000,00
Aplicações Financeiras (resgatáveis em até 150 dias)	296.000,00
Dividendos a pagar (em 50 dias)	66.000,00
Fornecedores (prazo médio de pagamento das compras é de 70 dias)	220.000,00
Capital	858.500,00
Reservas de Capital	150.000,00
Reservas de Lucros	24.700,00
Adiantamento de Clientes (as mercadorias serão entregues em 45 dias)	6.000,00
Depreciação Acumulada - Equipamentos	111.000,00
Ajustes por <i>impairment</i> acumulados – Equipamentos	10.000,00
Seguros Antecipados (vigência de 6 meses)	3.600,00
Depreciação Acumulada – Móveis e Utensílios	55.000,00
Terrenos	305.000,00

Considerando-se apenas as informações apresentadas e de acordo com a NBC TG 26 (R3) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, o valor total do Ativo Não Circulante em 31/12/2016 era, em reais,

- a) 424.800,00.
- b) 1.129.000,00.
- c) 833.000,00.
- d) 853.000,00.

Comentários:

Organizando o Balanço Patrimonial com os saldos apresentados, temos:

Contas	Saldo	Classificação
Caixa	3.000,00	AC
Estoques (prazo médio de renovação dos estoques é de 50 dias)	90.000,00	AC
Clientes (prazo médio de recebimento das vendas é de 80 dias)	200.000,00	AC



Contas a Receber (em até 120 dias)	36.000,00	AC
Adiantamento a Fornecedores (as mercadorias serão recebidas em 90 dias)	9.000,00	AC
Aplicações Financeiras (resgatáveis em até 150 dias)	296.000,00	AC
Seguros Antecipados (vigência de 6 meses)	3.600,00	AC
Total do Ativo Circulante	637.600,00	
Contas a Receber a longo prazo	100.000,00	ARLP
Veículos	300.000,00	Imobilizado
Depreciação Acumulada – Veículos	-96.000,00	Imobilizado
Móveis e Utensílios	100.000,00	Imobilizado
Depreciação Acumulada – Móveis e Utensílios	-55.000,00	Imobilizado
Equipamentos	300.000,00	Imobilizado
Depreciação Acumulada - Equipamentos	-111.000,00	Imobilizado
Ajustes por impairment acumulados – Equipamentos	-10.000,00	Imobilizado
Terrenos	305.000,00	Imobilizado
Total do Ativo Não Circulante	833.000,00	
Total do Ativo	1.470.600,00	
Impostos a pagar (em 30 dias)	60.000,00	PC
Imposto de Renda a Pagar (em 40 dias)	12.800,00	PC
Contas a pagar (em 20 dias)	60.000,00	PC
Dividendos a pagar (em 50 dias)	66.000,00	PC
Fornecedores (prazo médio de pagamento das compras é de 70 dias)	220.000,00	PC
Adiantamento de Clientes (as mercadorias serão entregues em 45 dias)	6.000,00	PC
Total do Passivo Circulante	424.800,00	
Títulos a pagar de longo prazo	12.600,00	PNC
Total do Passivo Não Circulante	12.600,00	
Total do Passivo Exigível	437.400,00	
Capital	858.500,00	PL
Reservas de Capital	150.000,00	PL
Reservas de Lucros	24.700,00	PL
Total do PL	1.033.200,00	
Passivo Exigível + PL	1.470.600,00	

Portanto, o valor do Ativo Não Circulante é 833.000.

Gabarito→C

2) Uma Sociedade Empresária mensura suas propriedades para investimento ao Valor Justo, tal como previsto pela NBC TG 28 (R3) – PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO, mas deixou de apresentar, em sua nota de conciliação dos valores contábeis da Propriedade de Investimento no início e no fim do período, o item “ganhos ou perdas líquidos provenientes de ajustes de valor justo”.



Essa omissão restringiu a capacidade analítica do usuário e, entre outras perdas de qualidade, prejudicou o valor confirmatório.

De acordo com o disposto pela NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO CONTÁBIL-FINANCEIRO, o valor confirmatório é uma das marcas da característica qualitativa da:

- a) Materialidade.
- b) Relevância.
- c) Representação Fidedigna.
- d) Tempestividade.

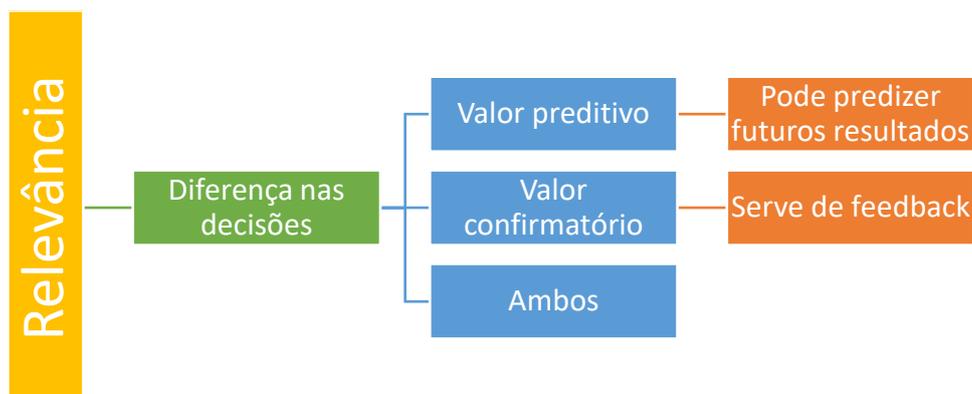
Comentários:

Informação contábil-financeira relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários.

A informação contábil-financeira é capaz de fazer diferença nas decisões se tiver **valor preditivo, valor confirmatório ou ambos**.

A informação contábil-financeira tem **valor preditivo se puder ser utilizada pelos usuários para prever futuros resultados**. A informação contábil-financeira não precisa ser uma previsão ou uma projeção para que possua valor preditivo. A informação contábil-financeira com valor preditivo é empregada pelos usuários ao fazerem suas próprias previsões.

A **informação** contábil-financeira tem **valor confirmatório se retro-alimentar – servir de feedback – avaliações prévias (confirmá-las ou alterá-las)**.



QC10. O **valor preditivo e o valor confirmatório** da informação contábil-financeira **estão inter-relacionados**. **A informação que tem valor preditivo muitas vezes também tem valor confirmatório**. Por exemplo, a informação sobre receita para o ano corrente, a qual pode ser utilizada como base para prever receitas para anos futuros, também pode



ser comparada com previsões de receita para o ano corrente que foram feitas nos anos anteriores. Os resultados dessas comparações podem auxiliar os usuários a corrigirem e a melhorarem os processos que foram utilizados para fazer tais previsões.

Gabarito → B.

3) A Cia. Débito e Crédito S.A. possuía um imobilizado para suas atividades operacionais. Os saldos das contas referentes ao ativo, em 31/12/2016, estão demonstrados abaixo.

Imobilizado (custo total de aquisição):	R\$ 400.000,00
(-) Depreciação acumulada:	R\$ 100.000,00
(=) Valor do ativo:	R\$ 300.000,00

Em 31/12/2016 foi realizado o teste de impairment, obtendo os seguintes valores:

Valor em uso do ativo:	R\$ 350.000,00
Valor justo líquido das despesas de venda:	R\$ 320.000,00

De acordo com a NBC TG 01 (R3) – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS, ao elaborar as Demonstrações Contábeis referentes ao ano de 2016, a empresa

- a) reconheceu um ganho por valorização no valor de R\$ 50.000,00.
- b) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 80.000,00.
- c) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 50.000,00.
- d) não reconheceu perda ou ganho por impairment.

Comentários:

Valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o **maior (repita-se: maior)** valor entre o valor justo líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.

Na questão apresentada temos a seguinte situação:

Valor em uso do ativo:	R\$ 350.000,00
Valor justo líquido das despesas de venda:	R\$ 320.000,00

Portanto, o valor recuperável é R\$ 350.000. Como o valor contábil do ativo é de 300.00, isto é, menor do que o valor recuperável, a empresa não reconheceu perda ou ganho por impairment.

Gabarito → D



Considere as contas extraídas da Demonstração do Resultado da GR Silva Ltda, apresentadas abaixo:

Conta	Valores em R\$
Comissões dos Vendedores	45.000,00
Despesa com Salários	264.000,00
Despesa de Depreciação	99.000,00
ICMS sobre Vendas	60.000,00
Despesas Financeiras	65.000,00
Despesa com Aluguel	100.000,00
Receita Bruta de Vendas	1.000.000,00
Custo dos Serviços Prestados	156.000,00
Resultado na Venda de Imobilizado (credor)	60.000,00
Receita de Serviços Prestados	300.000,00
Custo das Mercadorias Vendidas	214.000,00
ISS sobre os Serviços Prestados	9.000,00
Imposto de Renda sobre o Lucro	152.800,00

- 4) O Lucro Bruto apurado em 31/12/2016 foi, em reais,
- a) 930.000,00.
 b) 885.000,00.
 c) 816.000,00.
 d) 861.000,00.

Comentários:

Para encontrarmos o Lucro Bruto, precisamos da Receita Líquida de Vendas e o Custo das Mercadorias Vendidas. Mas como a empresa também presta serviços, usaremos também a Receita Líquida de Serviços prestados e o custo dos Serviços prestados. Consolidando os valores teremos:

(+) Receita de Serviços Prestados	R\$ 300.000,00
(+) Receita Bruta de Vendas	R\$ 1.000.000,00
(-) ISS sobre os Serviços Prestados	-R\$ 9.000,00
(-) ICMS sobre Vendas	-R\$ 60.000,00
(-) Custo dos Serviços Prestados	-R\$ 156.000,00
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	-R\$ 214.000,00
(=) Lucro Bruto	R\$ 861.000,00

Gabarito → D



5) A Demonstração do Valor Adicionado – DVA tem por objetivo evidenciar a riqueza gerada pela empresa em determinado período e a forma como foi distribuída. Para elaborar a sua DVA, a Cia. Aberta obteve algumas informações apresentadas abaixo. (em R\$)

	(em R\$)
Receita de Vendas	700.000,00
Despesa de salários	50.000,00
FGTS depositado nas contas dos funcionários	4.000,00
ICMS incidente sobre as vendas	105.000,00
ICMS incidente sobre as mercadorias vendidas adquiridas de terceiros	30.000,00
INSS, parte empregador.....	11.000,00

Com base nessas informações, a riqueza distribuída na forma de impostos, taxas e contribuições foi, em reais,

- a) 150.000,00.
- b) 116.000,00.
- c) 120.000,00.
- d) 86.000,00.

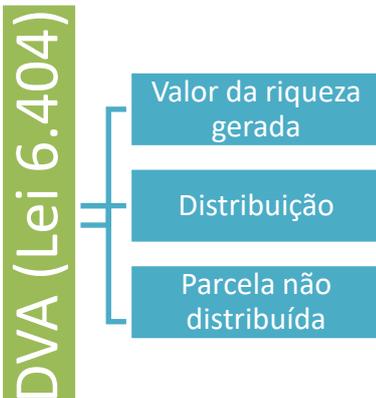
Comentários:

A Lei 6.404/76 estabelece o seguinte, sobre a Demonstração do Valor Adicionado:

Art. 188. As demonstrações referidas nos incisos IV e V do caput do art. 176 desta Lei indicarão, no mínimo: (Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007)

(...)

II – **demonstração do valor adicionado:** o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída. **(Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007)**





A lei 6.404/76, não trouxe um modelo de demonstração do valor adicionado a ser seguido, entretanto, o pronunciamento do CPC 09 o fez. Trouxe um modelo básico, aplicável às empresas em geral, o que vemos a seguir (de forma resumida):

DESCRIÇÃO	20X1	20X0
1 - Receitas		
2 - Insumos adquiridos de terceiros (Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS E COFINS)		
3 - Valor adicionado bruto (1-2)		
4 - Retenções: Depreciação, amortização e exaustão		
5 - Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)		
6 - Valor adicionado recebido em transferência		
7 - Valor adicionado total a distribuir (5+6)		
8 - Distribuição do valor adicionado (*)		
8.1) Pessoal		
8.1.1 - Remuneração direta		
8.1.2 - Benefícios		
8.1.3 - F.G.T.S		
8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1 - Federais		
8.2.2 - Estaduais		
8.2.3 - Municipais		
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		
8.3.1 - Juros		
8.3.2 - Aluguéis		
8.3.3 - Outras		
8.4) Remuneração de capitais próprios		
8.4.1 - Juros sobre o capital próprio		
8.4.2 - Dividendos		
8.4.3 - Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
8.4.4 - Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

A riqueza distribuída na forma de impostos, taxas e contribuições foi, em reais:

ICMS incidente sobre as vendas.	105.000
ICMS incidente sobre as mercadorias adquiridas de terceiros.	- 30.000
INSS, parte empregador.	11.000



Valor adicionado - Impostos, taxas e contribuições.	86.000
--	---------------

Gabarito → D

6) O departamento jurídico da Empresa Arriscada S.A. apresentou as informações, constantes no quadro abaixo, relativas a diversos processos movidos contra a empresa. Estas informações serão utilizadas para a elaboração do Balanço Patrimonial em 31/12/2013:

Processo	Valor Estimado (R\$)	Probabilidade Perda
Ação Fiscal – ICMS	800.000,00	Possível
Ação Fiscal – IPI	1.500.000,00	Provável
Ação Fiscal – CSSL	3.200.000,00	Possível
Ações Trabalhistas	2.800.000,00	Provável
Processo Ambiental	1.000.000,00	Remota

Sabendo-se que todos os valores estimados são confiáveis e com base nas informações apresentadas, o valor a ser evidenciado como provisão no passivo, no Balanço Patrimonial de 31/12/2013 é, em reais,

- 9.300.000,00.
- 8.300.000,00.
- 1.000.000,00.
- 4.300.000,00.

Comentários:

Temos três possíveis situações:

- Se a saída futura de recursos for **provável**, deve ser contabilizado e divulgado em nota explicativa - **Provisão**.
- Se a saída for **possível** (mas não provável), não deve ser contabilizado, mas deve ser divulgado em nota explicativa - **Passivo contingente divulgado**.
- Se a possibilidade de saída de recursos for **remota**, não deve ser nem contabilizado e nem divulgado - **Passivo contingente não divulgado**.

A grande dificuldade reside na avaliação da possibilidade de saída de recursos. Uma vez estabelecido que a saída é provável, possível ou remota, fica simples estabelecer o correto tratamento contábil.

Para gravar:

Se a saída de recursos for:



Provável: contabiliza e divulga.

Possível: não contabiliza, mas divulga.

Remota: não contabiliza e nem divulga.

Portanto, contabilizaremos os valores de 1.500.000,00 + 2.800.000,00 = 4.300.000,00.

Gabarito → D.

7) Uma sociedade empresarial teve somente parte do seu Capital Social integralizado. No exercício social seguinte, um dos sócios decidiu integralizar a quantia de R\$ 140.000,00 através da transferência de um imóvel para a sociedade. O registro contábil correto desta operação é:

- a) D Capital a Integralizar R\$ 140.000,00
C Capital Social R\$ 140.000,00.
- b) D Bancos C/ Movimento R\$ 140.000,00
C Capital a Integralizar R\$ 140.000,00.
- c) D Imóveis R\$140.000,00
C Capital a Integralizar R\$ 70.000,00.
- d) D Imóveis R\$ 140.000,00
C Capital a Integralizar R\$ 140.000,00.

Comentários:

Inicialmente, somente parte do capital foi integralizado. Vamos imaginar que o valor total é R\$ 200.000,00. O lançamento, portanto, será:

D – Capital social a integralizar (Retificadora do PL)

C – Capital social (PL)

Capital social		Capital a integralizar	
	200.000,00		200.000,00

Quando o capital for integralizado. É só lançar:

D – Imóveis (Ativo) 140.000,00

C – Capital a integralizar 140.000,00

Capital social		Capital a integralizar		Imóveis	
	200.000,00	200.000,00	140.000,00	140.000,00	

Gabarito → D.



8) Depreciação é um método utilizado para cálculo do valor de um bem tangível. Sabendo que determinado bem imobilizado a seu custo histórico possui valor de \$ 60.000,00 e uma vida útil de 10 anos, o valor do saldo contabilizado no ativo após 06 (seis) anos de uso é de:

- a) \$24.000,00.
- b) \$36.000,00.
- c) \$60.000,00.
- d) \$6.000,00.

Comentários:

Valor de aquisição	60.000,00
Valor residual	0
Valor depreciável	60.000,00
Depreciação anual	6.000,00
Depreciação após 6 anos	36.000,00

Valor no balanço patrimonial

Valor de aquisição	60.000,00
(-) Depreciação acumulada	(36.000,00)
Valor contábil	24.000,00

Gabarito → A.

9) Uma sociedade empresária foi constituída em 31.12.2010 com capital de R\$100.000,00, dos quais R\$10.000,00 foram integralizados em dinheiro naquela data. Em janeiro de 2011, os sócios entregaram mais R\$30.000,00 em dinheiro e R\$40.000,00 em terrenos. Ainda em janeiro, a sociedade empresária adquiriu mercadorias para revenda por R\$32.000,00, metade à vista e metade para pagamento em 30 dias.

Desconsiderando a incidência de tributos e com base nos dados informados, é CORRETO afirmar que, na Demonstração dos Fluxos de Caixa relativa ao mês de janeiro de 2011:

- a) as atividades de financiamento geraram caixa no valor de R\$70.000,00.
- b) as atividades de financiamento geraram caixa no valor de R\$80.000,00.
- c) as atividades de investimento consumiram caixa no valor de R\$40.000,00.
- d) as atividades operacionais consumiram caixa no valor de R\$16.000,00.

Comentários:

A integralização de capital em dinheiro é Atividade de Financiamento, porém, a integralização com terrenos não é fluxo de Caixa.



Quanto à compra de mercadorias, somente o valor pago, R\$ 16.000, irá gerar saída de fluxo de Caixa Operacional.

Vamos analisar cada alternativa:

a) as atividades de financiamento **geraram caixa no valor de R\$70.000,00.**

Errado, somente o valor integralizado em dinheiro, R\$ 30.000,00, representa atividade de financiamento.

b) as atividades de financiamento geraram caixa no valor de R\$80.000,00.

Errado, pela mesma justificativa acima.

c) as atividades de investimento consumiram caixa no valor de **R\$40.000,00.**

Errado, não há Fluxo de Investimentos nessas operações.

d) as atividades operacionais consumiram caixa no valor de R\$16.000,00.

Correto, o valor pago, R\$ 16.000, irá gerar saída de fluxo de Caixa Operacional.

Gabarito → D

10) Uma certa empresa publicou em seu Balanço Patrimonial, a conta Ações em Tesouraria. Essa conta deverá ser classificada no seguinte grupo ou subgrupo:

- a) Ativo Circulante.
- b) Patrimônio Líquido, como conta retificadora.
- c) Investimentos.
- d) Intangível.

Comentários:

São as ações da empresa adquiridas pela própria empresa e mantidas na tesouraria. O limite do saldo da conta ações em tesouraria é o saldo de lucros acumulados e reservas, **exceto a reserva legal.**

A conta ações em tesouraria é **reduzora do PL.**



Art. 182. § 5º As ações em tesouraria deverão ser destacadas no balanço como dedução da conta do patrimônio líquido que registrar a origem dos recursos aplicados na sua aquisição.

Gabarito → B

11) A NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO CONTÁBIL-FINANCEIRO aborda o objetivo da elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro; as características qualitativas da informação contábil-financeira útil; a definição, o reconhecimento e a mensuração dos elementos a partir dos quais as demonstrações contábeis são elaboradas; e os conceitos de capital e de manutenção de capital.

Considerando-se o exposto, é CORRETO afirmar que:

- a) observado um conflito entre a Estrutura Conceitual e uma norma, as exigências da Estrutura Conceitual deve prevalecer sobre a norma.
- b) A Estrutura Conceitual não constitui uma norma propriamente dita nem define normas ou procedimentos de qualquer espécie.
- c) Demonstrações contábeis elaboradas dentro do que prescreve a Estrutura Conceitual objetivam fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões econômicas e avaliações por parte dos usuários em geral, tendo o propósito de atender finalidade ou necessidade específica de determinados grupos de usuários.
- d) As demonstrações financeiras, entre outros objetivos, são elaboradas para se chegar ao valor da entidade que reporta a informação.

Comentários

Vamos analisar as assertivas.

a. **Errado.** É o contrário. Em caso de conflito, as exigências da norma, da interpretação ou do comunicado técnico específicos é que devem prevalecer sobre a Estrutura Conceitual.

b. **Certo.** Segundo a Estrutura Conceitual,

*Esta Estrutura Conceitual **não é uma norma propriamente dita e, portanto, não define normas ou procedimentos para qualquer questão particular** sobre aspectos de mensuração ou divulgação. Nada nesta Estrutura Conceitual substitui qualquer norma, interpretação ou comunicado técnico.*

c. **Errado.** **Demonstrações contábeis** elaboradas dentro do que prescreve a Estrutura Conceitual **objetivam fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões econômicas e avaliações por**



parte dos usuários em geral, não tendo o propósito de atender finalidade ou necessidade específica de determinados grupos de usuários.

d. **Errado.** Segundo a Estrutura Conceitual, as demonstrações financeiras **não** são elaboradas para se chegar ao valor da entidade que reporta a informação; a rigor, fornecem informação para auxiliar investidores, credores por empréstimo e outros credores, existentes e em potencial, a estimarem o valor da entidade que reporta a informação.

Gabarito: B

12) Segundo a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO CONTÁBIL-FINANCEIRO as características qualitativas da informação contábil-financeira útil identificam os tipos de informação mais úteis para investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e em potencial, para tomada de decisões acerca da entidade que reporta com base na informação contida nas suas demonstrações financeiras.

Acerca das características qualitativas da informação contábil-financeira, é INCORRETO afirmar que:

- a) As características qualitativas fundamentais são relevância e representação fidedigna.
- b) A comparabilidade, uma das características qualitativas de melhoria, refere-se ao uso dos mesmos métodos para os mesmos itens, tanto de um período para outro considerando a mesma entidade que reporta a informação, quanto para um único período entre entidades.
- c) Comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade são características qualitativas que melhoram a utilidade da informação que é relevante e que é representada com fidedignidade.
- d) A verificabilidade significa que diferentes observadores, cômicos e independentes, podem chegar a um consenso, embora não cheguem necessariamente a um completo acordo.

Comentários

a. **Certo.** Perfeito. Vale lembrar que informação contábil-financeira **relevante** é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários. Além disso, para ser **representação** perfeitamente **fidedigna**, a realidade retratada precisa ter três atributos. Ela tem que ser completa, neutra e livre de erro.

b. **Errado.** A assertiva refere-se à consistência a qual não se confunde com a comparabilidade. Segundo a Estrutura Conceitual, consistência, embora esteja relacionada com a comparabilidade, não significa o mesmo. Consistência refere-se ao uso dos mesmos métodos para os mesmos itens,



tanto de um período para outro considerando a mesma entidade que reporta a informação, quanto para um único período entre entidades. Comparabilidade é o objetivo; a consistência auxilia a alcançar esse objetivo.

Vale destacar que a Comparabilidade é a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles. Diferentemente de outras características qualitativas, a comparabilidade não está relacionada com um único item. A comparação requer no mínimo dois itens.

c. **Certo.** As características qualitativas de melhoria são: **comparabilidade, verificabilidade, tempestividade** e **compreensibilidade**. Segundo a Estrutura Conceitual,

Comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade são características qualitativas que melhoram a utilidade da informação que é relevante e que é representada com fidedignidade. As características qualitativas de melhoria podem também auxiliar a determinar qual de duas alternativas que sejam consideradas equivalentes em termos de relevância e fidedignidade de representação deve ser usada para retratar um fenômeno.

d. **Certo.** A verificabilidade ajuda a assegurar aos usuários que a informação representa fidedignamente o fenômeno econômico que se propõe representar. **A verificabilidade significa que diferentes observadores, cômicos e independentes, podem chegar a um consenso, embora não cheguem necessariamente a um completo acordo,** quanto ao retrato de uma realidade econômica em particular ser uma representação fidedigna. Informação quantificável não necessita ser um único ponto estimado para ser verificável. Uma faixa de possíveis montantes com suas probabilidades respectivas pode também ser verificável.

Gabarito: B

13) São princípios éticos expressos na NBC PG 100 – APLICAÇÃO GERAL AOS PROFISSIONAIS DA CONTABILIDADE, EXCETO:

- a) Integridade
- b) Sigilo profissional
- c) Respeito profissional
- d) Comportamento profissional

Comentários:

São Princípios Éticos expressos na NBC PG 100:



Integridade – ser franco e honesto em todos os **relacionamentos** profissionais e comerciais.

Objetividade – não permitir que comportamento tendencioso, conflito de interesse ou influência indevida de outros afetem o **juízo** profissional ou de negócio.

Competência profissional e devido zelo – manter o conhecimento e a habilidade profissionais no nível adequado para assegurar que clientes e/ou empregador recebam **serviços profissionais competentes** com base em desenvolvimentos atuais da prática, legislação e técnicas, e agir diligentemente e de acordo com as normas técnicas e profissionais aplicáveis.

Sigilo profissional – respeitar o sigilo das informações obtidas em decorrência de relacionamentos profissionais e comerciais e, portanto, não divulgar nenhuma dessas informações a terceiros, a menos que haja algum direito ou dever legal ou profissional de divulgação, nem usar as informações para obtenção de vantagem pessoal pelo profissional da contabilidade ou por terceiros.

Comportamento profissional – cumprir as leis e os regulamentos pertinentes e evitar qualquer ação que desacredite a profissão.

Gabarito: C

14) Considerando-se a NBC PG 100 – APLICAÇÃO GERAL AOS PROFISSIONAIS DA CONTABILIDADE sobre os princípios éticos, julgue as atitudes do Profissional da Contabilidade como adequadas ou inadequadas nas situações hipotéticas apresentadas e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. Um profissional da contabilidade recebeu uma demanda para elaborar um relatório sobre a situação financeira e patrimonial de determinada entidade. Ao analisar as informações dessa entidade, o profissional verificou que elas contêm omissões que impactam materialmente as demonstrações financeiras da entidade. Nesse sentido, o profissional resolveu fornecer relatório modificado em relação às omissões verificadas, mesmo após o cliente não concordar com a sua análise.

II. Um profissional da contabilidade com larga experiência em assessoria tributária, tendo em vista a necessidade de um grande cliente seu, recebeu



uma excelente proposta de outro cliente para assessorá-lo em questões tributárias. A empresa desse “novo” cliente é concorrente da empresa do cliente “antigo”. Após a devida comunicação formal ao seu cliente “antigo”, o profissional da contabilidade aceitou a proposta ofertada pelo “novo” cliente e deixou de atender ao cliente “antigo”, tendo em vista a existência de conflitos de interesses. O profissional vem executando seu trabalho para seu “novo” cliente com base na experiência anterior obtida na empresa do seu “antigo” cliente, porém está adotando as devidas salvaguardas para não usar ou divulgar informações confidenciais obtidas em decorrência do seu relacionamento profissional anterior.

Considerando-se as situações hipotéticas apresentadas e os princípios éticos constantes na NBC PG 100 – APLICAÇÃO GERAL AOS PROFISSIONAIS DA CONTABILIDADE, a atitude do Profissional da Contabilidade foi:

- a) adequada na situação 2 e inadequada na situação 1.
- b) adequada nas situações 1 e 2.
- c) inadequada nas situações 1 e 2.
- d) inadequada na situação 2 e adequada na situação 1.

Comentários:

Vamos analisar as situações.

I – **Adequada**. Conforme a NBC PG 100, **o princípio de integridade impõe a todos os profissionais da contabilidade a obrigação de serem diretos e honestos em todos os relacionamentos profissionais e comerciais**. Integridade implica, também, negociação justa e veracidade.

Nesse sentido, o profissional da contabilidade não deve conscientemente participar dos relatórios, documentos, comunicações ou outras informações nas quais ele acredita que as informações:

- ✓ Contêm declaração materialmente falsa ou enganosa;
- ✓ Contêm declarações ou informações fornecidas de maneira leviana;
- ou
- ✓ Omitem ou ocultam informações que devem ser incluídas em casos em que essa omissão ou ocultação seja enganosa.

Quando o profissional da contabilidade tomar ciência de que esteve associado com essas informações, ele deve tomar providências para desvincular-se dessas informações. Para tanto, a Norma destaca que o profissional **deverá fornecer relatório modificado** em relação aos assuntos acima destacados.

II – **Adequada**. A NBC PG 100 destaca a necessidade de cumprir o princípio do sigilo profissional **mesmo após o término das relações entre o profissional da contabilidade e seu cliente ou empregador**.



Nesse sentido, quando o profissional da contabilidade mudar de emprego ou obtiver novo cliente, ele pode usar sua experiência anterior. Contudo, ele não deve usar ou divulgar nenhuma informação confidencial obtida ou recebida em decorrência de relacionamento profissional ou comercial.

Gabarito: B

15) De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, analise as variações patrimoniais apresentadas nos itens abaixo, ocorridas nos registros contábeis de um hospital público, em relação ao Patrimônio Líquido e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- A. Compra de bem à vista
- B. Contratação de uma operação de crédito de longo prazo
- C. Aumento do ativo imobilizado por reavaliação.
- D. Uso de medicamentos na prestação de serviços

Classificam-se como Variações Patrimoniais Qualitativas aquelas descritas nos itens:

- a) C e D.
- b) B e C.
- c) A e D.
- d) A e B.

Comentários:

Vamos analisar cada um dos fatos:

A. Compra de bem à vista.

Tal fato representa uma **variação patrimonial qualitativa**, pois há uma troca (permuta) do recurso financeiro (disponível) pelo bem adquirido, não alterando o patrimônio líquido, pois o fato é permutativo.

B. Contratação de uma operação de crédito de longo prazo.

Trata-se de uma **variação patrimonial qualitativa**. Na contratação de operação de crédito, há um aumento de ativo, entrada no caixa, e um aumento do passivo (obrigação a pagar). Logo, não há impacto no PL e, portanto, estamos diante de um fato permutativo originando uma variação patrimonial qualitativa.

C. Aumento do ativo imobilizado por reavaliação.



Trata-se de uma **variação patrimonial quantitativa aumentativa**. Quando reavaliamos um bem, haverá ou um aumento desse bem ou uma diminuição. Essa diferença entre o valor contábil anterior e o novo valor após a reavaliação é reconhecido como VPA (no caso de aumento) ou VPD (no caso de diminuição). Assim, há configuração de uma variação patrimonial quantitativa. No caso da operação, houve um aumento, logo devemos reconhecer uma receita e, portanto, estamos diante de uma variação quantitativa aumentativa.

D. Uso de medicamentos na prestação de serviços.

Trata-se de uma **variação patrimonial quantitativa diminutiva**. Quando a entidade usa um medicamento, deve reconhecer uma VPD, tendo em vista a ocorrência do fato gerador (consumo). Nesse caso, temos uma variação quantitativa diminutiva, pois há um impacto negativo no PL.

Gabarito: D

16) Segundo a NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL – ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL DE PROPÓSITO GERAL PELAS ENTIDADES DO SETOR PÚBLICO, julgue os itens a seguir como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. Entre as restrições acerca da informação incluída nos RCPGs está a materialidade. A informação é material se a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização (accountability), ou as decisões que os usuários tomam com base nos RCPGs elaborados para aquele exercício. Cada entidade pode especificar um limite quantitativo uniforme no qual determinada informação se torna material, considerando as suas particularidades.

II. Segundo a Estrutura Conceitual, é improvável que os Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs) forneçam todas as informações que os usuários necessitem para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.

III. As características qualitativas se aplicam a todas as informações financeiras e não financeiras apresentadas nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs), inclusive às informações histórica e prospectiva, além da informação explicativa.

A sequência CORRETA é:

- a) V, F, F.
- b) F, V, F.
- c) F, V, V.
- d) V, F, V.



Comentários:

Vamos analisar as assertivas.

I – **Falso**. Segundo a Estrutura Conceitual, **a informação é material se a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização (accountability), ou as decisões que os usuários tomam com base nos RCPGs elaborados para aquele exercício**. A materialidade depende tanto da natureza quanto do montante do item analisado dentro das particularidades de cada entidade. Os RCPGs podem englobar informação qualitativa e quantitativa acerca do cumprimento da prestação de serviços durante o período de referência e das expectativas sobre a prestação de serviço e o desempenho no futuro. Consequentemente, **não é possível especificar um limite quantitativo uniforme no qual determinada informação se torna material**.

II – **Verdadeiro**. Nos termos da Estrutura Conceitual, é improvável que os RCPGs forneçam todas as informações que os usuários necessitem para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão. Consequentemente, os usuários dos serviços e os provedores de recursos podem também considerar informação de outras fontes.

III – **Verdadeiro**. Segundo a Estrutura Conceitual, **as características qualitativas são integradas** e funcionam em conjunto com as outras características, de modo a fornecer informação útil nos RCPGs para cumprir os objetivos da informação contábil. Entretanto, na prática, a norma destaca que talvez não seja possível alcançar todas as características qualitativas e, nesse caso, um equilíbrio ou compensação entre algumas delas poderá ser necessário.

A norma destaca, ainda, que **as características qualitativas se aplicam a todas as informações financeiras e não financeiras apresentadas nos RCPGs, inclusive às informações histórica e prospectiva, além da informação explicativa**. Contudo, pode haver variação no grau que as características qualitativas podem ser alcançadas, dependendo do nível de incerteza e de avaliação subjetiva envolvidos na compilação das informações financeiras e não financeiras.

Gabarito: C

17) Assinale a opção que NÃO apresenta uma demonstração contábil aplicada ao setor público:

- a) Notas Explicativas
- b) Demonstração do Resultado do Exercício



- c) Demonstração dos Fluxos de Caixa
d) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Comentários:

As demonstrações contábeis aplicadas ao setor público são as seguintes:



Gabarito: B

18) Determinada Companhia, em obediência à NBC TG 01 (R1) – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS, fez, em 31/12/2016, o teste de recuperabilidade (impairment test) do valor de um equipamento utilizado na fabricação de seus produtos.

O departamento de contabilidade da companhia levantou as seguintes informações (em R\$):

Valor em uso da máquina	510.000,00
Valor líquido de venda	500.000,00
Custo de aquisição	600.000,00
Depreciação Acumulada	50.000,00

Considerando o disposto na NBC TG 01 (R1) – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS, a companhia deve registrar uma perda no valor do ativo de R\$

- a) 100.000,00.
b) 90.000,00.
c) 50.000,00.
d) 40.000,00.

Comentários:



Trata-se de uma típica questão envolvendo aplicação prática da NBC TG 01 (R1). Para resolvermos questões dessa natureza, podemos seguir a seguinte lógica:

1º Passo: *Calcular o valor contábil.*

Assim, temos:

Valor Contábil = Valor de Aquisição – Depreciação – Ajuste para perdas

Valor Contábil = 600.000,00 – 50.000,00

Valor Contábil = 550.000,00

2º Passo: *Verificar qual o valor recuperável.*

Assim, temos:

Valor em uso = 510.000,00

Valor líquido de venda = 500.000,00

Valor Recuperável = 510.000,00 (**maior** entre os dois)

3º Passo: *Comparar o valor contábil com o valor recuperável.*

Se valor contábil > valor recuperável = efetuar ajuste

Caso contrário, nenhum ajuste é realizado.

Assim, temos:

Valor contábil (550.000,00) > Valor Recuperável (510.000,00)

Logo, devemos reconhecer uma perda no valor de **40.000,00**.

P.S. No blog do Estratégia você encontra um infográfico sobre esse passo-a-passo de resolução. Acesse no seguinte link:

<https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/infografico-cpc-01-reducao-ao-valor-recuperavel/>

Gabarito: E

19) Uma Sociedade Empresária iniciou o desenvolvimento de um novo produto em janeiro de 2016. Até o mês de maio daquele ano, a empresa teve gastos no valor de R\$ 200.000,00. A partir do mês de junho, os critérios para reconhecimento de ativos intangíveis foram identificados pela empresa. Ao final do ano de 2016, os gastos com o desenvolvimento do produto totalizaram R\$ 420.000,00. A empresa estima que o valor residual do produto, no final da vida útil prevista para o projeto, será de R\$ 50.000,00.

Considerando-se apenas as informações apresentadas e de acordo com a NBC TG 04 (R3) – ATIVO INTANGÍVEL, é CORRETO afirmar que o valor a

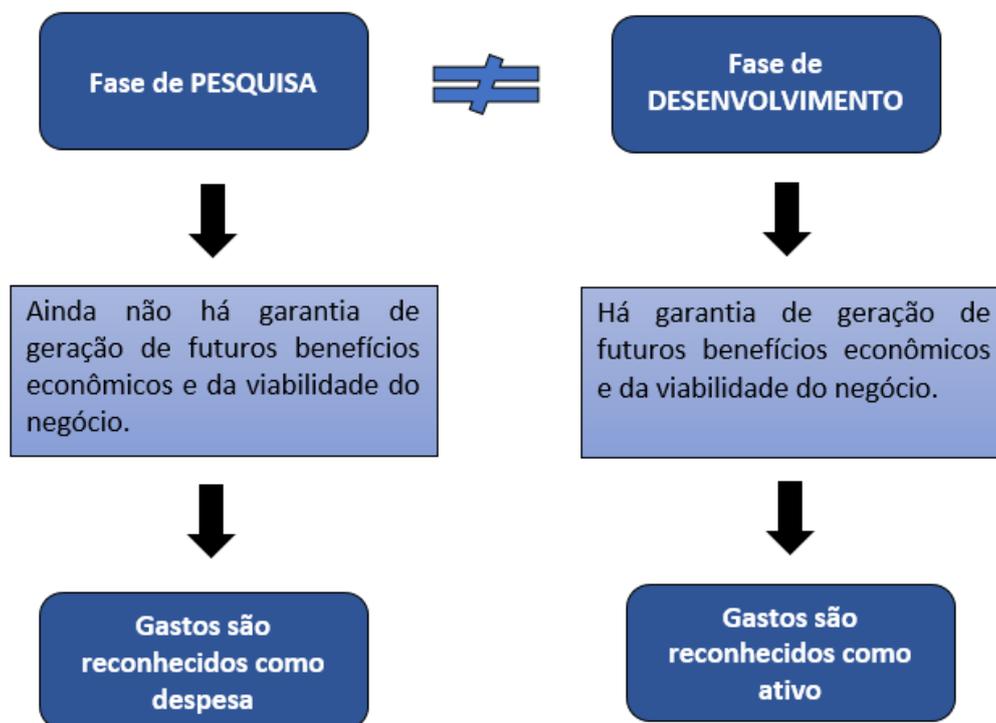


ser apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2016, para a conta intangíveis é, em reais,

- a) 200.000,00
- b) 220.000,00
- c) 370.000,00
- d) 420.000,00

Comentários:

Para resolver essa questão você deve saber basicamente o seguinte:



Segundo a questão, somente a partir do mês de junho os critérios para reconhecimento de ativos intangíveis foram identificados pela empresa.

Sendo assim, os gastos anteriores devem ser reconhecidos como despesa e os gastos posteriores a essa data serão ativados. Assim, temos:

Gastos até maio → 200.000,00 = despesa

Gastos a partir de junho → **220.000,00*** = ativo intangível

* 420.000,00 – 200.000,00 = 220.000,00

Para maiores esclarecimentos, sugerimos que você acesse no link a seguir uma aula gratuita sobre o assunto:

<https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/cpc-04-ativo-intangivel-esquemmatizado/>

**Gabarito: B**

20) Uma Sociedade Empresária celebrou um contrato de arrendamento mercantil, na condição de arrendatária, com as seguintes informações:

Bem arrendado: Veículo

Prazo do arrendamento: 60 meses

Valor mensal das prestações: R\$ 1.000,00

Valor residual a ser pago no final dos 48 meses: R\$ 2.500,00

Valor presente das prestações mais valor presente do valor residual: R\$ 47.800,00

Valor do bem no mercado para compra à vista: R\$ 49.000,00

De acordo com os critérios da NBC TG 06 (R1) ARRENDAMENTO MERCANTIL, a operação foi classificada como arrendamento mercantil financeiro.

Conforme as informações acima, o reconhecimento inicial irá gerar um registro no ativo imobilizado no valor de:

- a) R\$ 47.800,00.
- b) R\$ 49.000,00.
- c) R\$ 60.000,00.
- d) R\$ 62.500,00.

Comentários:

Essa questão dá para resolver com a “técnica ninja” que ensinamos no curso específico dos pronunciamentos contábeis para o Exame CFC. Basta 15 segundos para resolver uma questão desse “naipe”. Basicamente, devemos seguir os seguintes passos:

Passo 1 – verifique antes de tudo o que a questão solicita. Nesse caso é o valor do ativo imobilizado a ser reconhecido...

Tempo gasto: 5”

Passo 2 – Identifique qual o menor valor entre o valor presente e o valor justo (ou valor de mercado)

Nesse caso, é o valor presente: **R\$ 47.800,00.**

Tempo gasto: 5”

Passo 3 – Veja a opção que descreve o menor valor identificado e “tasca” um “X” nela...

Nesse caso, a opção é a “A”.



Disponibilizamos uma aula gratuita sobre o assunto no blog do Estratégia. Acesse por meio do link a seguir:

<https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/cpc-06-arrendamento-mercantil-esquemalizado/>

Gabarito: A

21) Uma Sociedade Empresária comercial realizou aquisição de mercadorias para revenda. Os seguintes dados foram extraídos dos registros da contabilidade:

Descrição	Valor
Valor de aquisição das mercadorias	R\$ 5.000,00
Fretes sobre a compra das mercadorias	R\$ 500,00
Descontos Comerciais Obtidos	R\$ 100,00
Preço de venda	R\$ 6.800,00
Tributos não recuperáveis e não incluídos no valor de aquisição	R\$ 500,00
Tributos recuperáveis incluídos no valor de aquisição das mercadorias	R\$ 750,00

Considerando-se as informações acima e o disposto na NBC TG 16 (R1) – ESTOQUES, o custo de aquisição dessas mercadorias é de:

- a) R\$ 5.150,00.
- b) R\$ 5.250,00.
- c) R\$ 5.400,00.
- d) R\$ 6.000,00.

Comentários:

Segundo a NBC TG 16 (R1) – Estoques,

10. O valor de custo do estoque deve incluir todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais.

11. O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis perante o fisco), bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes devem ser deduzidos na determinação do custo de aquisição.

Efetuando o cálculo, temos:



Valor de Aquisição das Mercadorias	5.000,00
(+) Tributos não recuperáveis	500,00
(+) Fretes sobre a compra das mercadorias	500,00
(-) Tributos recuperáveis	(750,00)
(-) Descontos Comerciais Obtidos	(100,00)
(=) Custo de aquisição	5.150,00

Gabarito: A

22) A empresa "Nintendo" vendeu, a prazo, mercadorias no valor de R\$ 1.000,00 para a empresa "Neo Geo". Sabe-se que ambas são contribuintes de ICMS, a alíquota do imposto corresponde a 18%.

Dessa forma, qual das alternativas abaixo corresponde ao correto lançamento desse fato para empresa "Neo Geo"?

- a) D – Estoques 1.000,00 C – Fornecedores 1.000,00
- b) D – Estoques 1.000,00 C – ICMS a Recolher 180,00 C – Fornecedores 820,00
- c) D – Estoques 820,00 C – ICMS a Recolher 180,00 C – Fornecedores 1.000,00
- d) D – Estoques 820,00 D – ICMS a Recuperar 180,00 C – Fornecedores 1.000,00
- e) D – Fornecedores 820,00 D – ICMS a Recolher 180,00 C – Estoques 1.000,00

Comentários:

Vimos que o **ICMS** – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços: é um **imposto "por dentro"**, ou seja, já está incluído no preço da mercadoria ou produto.

De acordo com o CPC 16 – Estoques

Custo do estoque inclui:
Preço de compra
Impostos de importação e outros tributos (exceto recuperáveis)
Custo de transportes
Seguro
Manuseio
Custos diretamente atribuíveis
Não inclui
Tributos recuperáveis (MP: IPI, ICMS, PIS, COFINS não cumulativos. Revenda: ICMS, PIS, COFINS não cumulativos)
Descontos comerciais
Abatimentos



Como a operação foi efetuada entre contribuintes do imposto, o ICMS é recuperável, portanto, o estoque deve ser registrado líquido desse tributo.

Lançamento para quem efetua a compra:

ICMS: $1.000 \times 18\% = 180$

D – Estoque matéria prima	820
D – ICMS a recuperar	180
C – Fornecedores	1.000

Estoque de MP		ICMS a recuperar		Fornecedores	
820		180			
				1000	

Gabarito → D

23) Uma Sociedade Empresária apresentou, em 31.12.2017, antes da apuração do resultado do exercício, o seguinte Patrimônio Líquido:

Contas	Saldos
✓ Capital Subscrito	R\$30.000,00
✓ Reserva de Capital – Ágio na Emissão de Ações	R\$3.000,00
✓ Reserva Legal	R\$5.838,00
✓ Reserva Estatutária	R\$930,00

O Lucro Líquido apurado em 31.12.2017 foi de R\$8.300,00. Nesse caso, de acordo com a Lei n.º 6.404/76 e alterações posteriores, o valor a ser destinado no período, obrigatoriamente, para Reserva Legal é de:

- a) R\$162,00.
- b) R\$415,00.
- c) R\$2.300,00.
- d) R\$2.462,00.

Comentários:

Segundo a lei das S/As:

Art. 193. Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.



§ 1º A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social.

§ 2º A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Esquematizemos:

Reserva legal → 5% do LLE → Limitado a 20% do capital social.

Trata-se a reserva legal da única reserva de constituição obrigatória para a empresa.

Vejam a sua finalidade: manter a integridade do capital social.

Limite! Mas, professores, por que há limitação, se a finalidade da reserva legal é manter a integridade do capital social? Não é correto dizer que quanto “mais reserva legal melhor”? A explicação é que **não podemos constituir reservas indefinidamente**, a ponto de prejudicar os acionistas minoritários, eis o motivo de a Lei 6.404/76 impor um limite.

Saber também da sua utilização é também extremamente importante para sua prova: somente poderá ser utilizada para **compensar prejuízos ou aumentar o capital social**.

Existe também um limite facultativo para a constituição da reserva legal, qual seja, quando ela, somada às reservas de capital, atingir o montante de 30% do capital social. **Grave-se**

Voltando à nossa questão, temos:

- Lucro Líquido (LLE): R\$ 8.300
- 5% do LLE = R\$ 415

Entretanto, esse ainda não é o nosso gabarito. A questão solicita valor a ser destinado no período, **obrigatoriamente**, para Reserva Legal, portanto, precisamos estar atentos para não ultrapassarmos limite obrigatório de 20% do Capital Social.

- Limite Obrigatório: 20% de 30.000 → R\$ 6.000

Se a empresa constituir R\$ 415 de Reserva Legal, o saldo será de:

5838 + 415 = R\$ 6253, o que ultrapassaria o limite obrigatório.



Portanto, a empresa irá constituir obrigatoriamente para a Reserva Legal somente a quantia de:

$$6.000 - 5.838 = \text{R\$ } 162.$$

Gabarito → A

24) Aponte qual será o impacto no Resultado da empresa decorrente do registro contábil de uma folha de pagamento com as características descritas a seguir.

Salário mensal – R\$ 3.000,00
 INSS funcionário – R\$ 330,00
 INSS empresa – R\$ 600,00
 IRRF – R\$ 57,45

- a) R\$ 3.270,00
- b) R\$ 3.212,55
- c) R\$ 3.600,00
- d) R\$ 3.987,45

Comentários:

Dos encargos trabalhistas apresentados, apenas o INSS da empresa é despesa para a empresa. O INSS dos funcionários e o Imposto de Renda Retido na fonte são encargos do empregado e empresa apenas reterá os valores, lançando-os como obrigação no passivo e reduzindo o montante a pagar aos empregados. Retém na condição de responsável.

O imposto de renda incide sobre os rendimentos do trabalho incide sobre: salários, ordenados, soldos, subsídios, honorários, adicionais, vantagens, extraordinários, suplementação, abonos, bonificações, gorjetas, gratificações, 13º salário, participações, percentagens, prêmios, quotas-partes em multas ou receitas, comissões, corretagens, vantagens por transferência de local de trabalho, verbas por representações, e outros rendimentos admitidos em lei.

A tabela atual é a seguinte:

Base de cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir do IR (R\$)
Até 1.903,98		
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36



Efetuada apenas a contabilização dos encargos da empresa temos:

D – Despesas de Salários

C – Salários a pagar R\$ 3.000,00

D – Despesas c/ INSS

C – INSS a recolher R\$ 600,00

Diante do exposto, o impacto no resultado da empresa foi de: $3000 + 600 =$ R\$ 3.600,00

Gabarito → C

25) Uma Sociedade Empresária (investidora) apresentava as seguintes informações referentes às suas participações societárias em 31.12.2016:

Empresa	Tipo de Participação	% de Participação no Capital da Investida	Resultado da Investida em 31.12.2016
Alfa	Coligada	15%	(R\$ 200.000,00)
Bravo	Controlada	60%	R\$ 500.000,00
Charlie	Sem influência	15%	R\$ 300.000,00
Delta	Coligada	30%	R\$ 100.000,00

Informações complementares:

- No ano de 2016, não houve resultados não realizados de transações entre a investidora e suas investidas;
- Não houve nenhuma outra movimentação no Patrimônio Líquido das investidas, além do resultado apurado em 31.12.2016.

Considerando as informações acima e o disposto na NBC TG 18 - INVESTIMENTO EM COLIGADA, EM CONTROLADA E EM EMPREENHIMENTO CONTROLADO EM CONJUNTO, o Resultado de Equivalência Patrimonial apurado pela Investidora, em 31.12.2016, é de.

- R\$ 300.000,00
- R\$ 310.000,00
- R\$ 340.000,00
- R\$ 355.000,00

Comentários:

Segundo a NBC TG 18, o investimento avaliado pelo MEP é inicialmente reconhecido ao custo e posteriormente ajustado pela **aplicação do percentual de participação no capital da investida** nos lucros ou prejuízos do período apurados pela investida. Vale destacar que o MEP se



aplica nos casos de coligadas e controladas. As demais participações são mensuradas pelo método do custo. Logo, no caso da questão, as empresas Alfa, Bravo e Delta são avaliadas pelo MEP. Assim, temos:

Empresa	Tipo de Participação	% de Participação no Capital da Investida	Resultado da Investida em 31.12.2016	Valor da avaliação MEP
Alfa	Coligada	15%	(R\$ 200.000,00)	(30.000,00)
Bravo	Controlada	60%	R\$ 500.000,00	300.000,00
Charlie	Sem influência	15%	R\$ 300.000,00	-
Delta	Coligada	40%	R\$ 100.000,00	40.000,00

Logo, o Resultado de Equivalência Patrimonial apurado pela Investidora, em 31.12.2016, é de:

$$R\$ 300.000,00 + R\$ 40.000,00 - (R\$ 30.000,00) = \mathbf{R\$ 310.000,00}$$

Gabarito: B

26) Considerando o disposto na NBC TG 25 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES, assinale a opção INCORRETA.

- Uma provisão deve ser reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.
- Os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Um exemplo é uma reivindicação que a entidade esteja reclamando por meio de processos legais, em que o desfecho seja incerto.
- Provisão é uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.
- Se a possibilidade de saída de recursos for remota, não há contabilização (reconhecimento) de provisão e não há necessidade de divulgação em notas explicativas.

Comentários:

a. **Certo.** Segundo a NBC TG 25, uma provisão deve ser reconhecida quando:

- ✓ a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;



- ✓ seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- ✓ possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

b. **Certo.** Segundo a NBC TG 25, **Ativo Contingente** é um **ativo possível** que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. A Norma destaca que os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Um exemplo é uma reivindicação que a entidade esteja reclamando por meio de processos legais, em que o desfecho seja incerto. Vale destacar que a entidade não deve reconhecer um ativo contingente.

c. **Errado.** É o gabarito da questão. Essa assertiva enquadra-se no conceito de passivo contingente.

d. **Certo.** Segundo a NBC TG 25,

i. Se a saída futura de recursos for **provável**, deve ser contabilizada a provisão e divulgada em nota explicativa.

ii. Se a saída for **possível** (mas não provável), não deve ser contabilizada, mas deve ser divulgada em nota explicativa.

iii. Se a possibilidade de saída de recursos for **remota**, não deve ser nem contabilizada e nem divulgada.

Gabarito: C

27) Uma Sociedade Empresária adquiriu, em 30.9.2015, uma máquina por R\$ 40.000,00. Tendo em vista os entraves logísticos necessários à entrega e os procedimentos de instalação decorrentes, os quais foram realizados pela empresa vendedora sem incidência de custos, a máquina somente entrou em uso em 01.01.2016.

A vida útil da máquina foi estimada em 10 anos e o valor residual é de R\$ 10.000,00. A empresa adota o Método das Quotas Constantes.

Considerando-se as informações acima e o disposto na NBC TG 27 (R3) – ATIVO IMOBILIZADO, o saldo da conta Depreciação Acumulada, em 31.9.2016, é de:

- a) R\$ 2.250,00
- b) R\$ 2.500,00
- c) R\$ 3.000,00
- d) R\$ 3.250,00

Comentários:



Efetando os cálculos, temos:

Valor contábil	40.000,00
(-) Valor residual	<u>(10.000,00)</u>
(=) Valor depreciável	30.000,00

Depreciação= 30.000,00/10 anos

Depreciação= 3.000,00/ano ou 250,00/mês (3.000/12)

Do momento em que a máquina foi posta em uso (01.01.2016) até a data solicitada na questão (31.9.2016) temos 9 meses.

Logo, a depreciação acumulada será de: R\$ 250,00 x 9 meses = **R\$ 2.250,00**

Em nosso canal no YouTube "Contabilizando" inserimos uma dica de resolução de questões sobre depreciação. Confira no link a seguir:

<https://www.youtube.com/watch?v=1ag3olyEDus>

Gabarito: A

28) Considerando o disposto na NBC TG 26 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. O objetivo das demonstrações contábeis é o de proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas. Nesse sentido, para que a entidade que reporta a informação possa atingir esse objetivo, ela deve priorizar as informações presentes no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício, pois são as principais demonstrações contábeis.

II. A entidade deve elaborar as suas demonstrações contábeis, exceto para a demonstração dos fluxos de caixa, utilizando-se do regime de competência.

III. O conjunto completo de demonstrações contábeis não inclui informações comparativas com o período anterior.

Está(ão) CORRETO(S) o(s) item(ns):

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) II, apenas.
- d) II e III, apenas.



Comentários:

Item I – **Errado**. Não há que se falar em demonstração mais importante que outra para fins de apresentação das demonstrações contábeis. A NBC TG 26 destaca que a entidade deve apresentar com **igualdade de importância todas as demonstrações contábeis** que façam parte do conjunto completo de demonstrações contábeis.

Item II – **Certo**. Perfeito! A DFC é a única demonstração que não segue o regime de competência. A DFC segue o regime de caixa e não poderia ser diferente não é mesmo? Ora se ela demonstra o fluxo de caixa o que importa são as entradas (recebimentos) e saídas (pagamentos) no caixa. Logo, não faz sentido a aplicação do regime de competência que considera o fato gerador, independentemente dos recebimentos e pagamentos. Quando o regime de competência é utilizado, os itens são reconhecidos como ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas (os elementos das demonstrações contábeis) quando satisfazem as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro.

Item III – **Errado**. Segundo a NBC TG 26, o conjunto completo de demonstrações contábeis inclui:

- a) **balanço patrimonial** ao final do período;
- b1) **demonstração do resultado** do período;
- b2) **demonstração do resultado abrangente** do período;
- c) **demonstração das mutações do patrimônio líquido** do período;
- d) **demonstração dos fluxos de caixa** do período;
- e) **notas explicativas**, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas;
- ea) **informações comparativas com o período anterior**;
- f) **balanço patrimonial do início do período mais antigo**, comparativamente apresentado, quando a entidade aplica uma política contábil retrospectivamente ou procede à reapresentação retrospectiva de itens das demonstrações contábeis, ou quando procede à reclassificação de itens de suas demonstrações contábeis.
- f1) **demonstração do valor adicionado** do período, conforme NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado, se exigido legalmente ou por algum órgão regulador ou mesmo se apresentada voluntariamente.

Gabarito: C

29) Assinale a alternativa incorreta segundo a NBC TG 02 – Taxa de Câmbio:



- A) Moeda de apresentação é a moeda na qual as demonstrações contábeis são apresentadas.
- B) Moeda estrangeira é uma moeda diferente da moeda funcional de uma entidade.
- C) Moeda funcional é a moeda do ambiente econômico principal no qual a entidade opera.
- D) Investimento líquido em uma entidade no exterior é o valor da participação detida pela entidade investidora no patrimônio líquido da entidade investida, adicionado (ou diminuído) de crédito ou (débito) de qualquer natureza, junto a essa investida.

Comentários:

A alternativa incorreta é a D. Não são “créditos (ou débitos) de qualquer natureza”, são apenas aqueles que apresentem a natureza de investimento. Confira a definição correta:

“Investimento líquido em uma entidade no exterior é o valor da participação detida pela entidade investidora no patrimônio líquido da entidade investida, adicionado (ou diminuído) de crédito ou (débito) junto a essa investida que tenha natureza de investimento.”

Gabarito → D.

30) Indique a alternativa correta:

- A) A classificação de um arrendamento mercantil como arrendamento mercantil financeiro ou arrendamento mercantil operacional depende exclusivamente da forma como o contrato foi efetuado.
- B) Quando os ativos arrendados são de natureza especializada de tal forma que apenas o arrendatário pode usá-los sem grandes modificações, o arrendamento será considerado operacional.
- C) Se a propriedade do ativo se transferir ao final do arrendamento mercantil mediante um pagamento variável igual ao valor justo no momento, o arrendamento será considerado financeiro.
- D) Caso o arrendatário tenha a opção de comprar o ativo por um preço que se espera seja suficientemente mais baixo do que o valor justo à data em que a opção se torne exercível de forma que, no início do arrendamento mercantil, seja razoavelmente certo que a opção será exercida, o arrendamento será considerado financeiro.

Comentários:

Alternativa A – INCORRETA: Conforme o Pronunciamento, item 10. A classificação de um arrendamento mercantil como arrendamento mercantil financeiro ou arrendamento mercantil operacional depende da essência da transação e não da forma do contrato.



Alternativa B – INCORRETA: neste caso, o arrendamento será considerado financeiro.

Alternativa C - INCORRETA: Se o pagamento ao final do contrato for pelo valor justo, será arrendamento operacional.

Alternativa D – CORRETA. Cópia do item 10, letra b do Pronunciamento.

Gabarito → D.

31) Uma empresa incorreu em despesas com honorários de advogados e com consultoria especializada, ao realizar o lançamento de novas ações.

Tais despesas deverão ser contabilizadas:

- A) No resultado do exercício em que ocorrerem
- B) No Patrimônio Líquido
- C) No Ativo Circulante
- D) No Passivo Circulante

Comentários:

Por se tratar de operação com sócios novos ou atuais, os custos de transação na emissão de novas ações não devem influenciar o resultado do exercício, ficando destacadas em conta redutora do Patrimônio Líquido. Veja item 4 e 5 do Pronunciamento NBC TG 08.

Gabarito → B.

32) Assinale a opção que apresenta apenas contas classificadas no Ativo Não Circulante.

- a) Ações de Emissão Própria em Tesouraria, Marcas e Patentes, Duplicatas a Receber a Longo Prazo.
- b) Duplicatas a Receber a Longo Prazo, Propriedades para Investimento e Imóveis de Uso.
- c) Imóveis de Uso, Ações de Emissão Própria em Tesouraria, Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata.
- d) Marcas e Patentes, Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata e Propriedades para Investimento.

Comentários:

a) Ações de Emissão Própria em Tesouraria, Marcas e Patentes, Duplicatas a Receber a Longo Prazo.

Item incorreto.



Ações de Emissão Própria em Tesouraria (Retificadora do PL), Marcas e Patentes (Intangível), Duplicatas a Receber a Longo Prazo (ANC – RLP).

b) Duplicatas a Receber a Longo Prazo, Propriedades para Investimento e Imóveis de Uso.

Item correto. Gabarito!

c) Imóveis de Uso, Ações de Emissão Própria em Tesouraria, Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata.

Imóveis de uso: ANC – Imobilizado.
Ações em tesouraria: Retificadora do PL.
Aplicações financeiras – Ativo Circulante

d) Marcas e Patentes, Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata e Propriedades para Investimento.

Marcas e patentes: Intangível
Aplicações financeiras: Ativo circulante
Propriedade para investimento: ativo não circulante investimento.

Gabarito → B.

33) De acordo com o que estabelece a NBC TA 530 – Amostragem em Auditoria, assinale a opção INCORRETA.

a) Risco de amostragem é o risco de que a conclusão do auditor, com base em amostra, pudesse ser diferente se toda a população fosse sujeita ao mesmo procedimento de auditoria.

b) O auditor deve determinar o tamanho de amostra suficiente para reduzir o risco de amostragem a um nível mínimo aceitável.

c) A amostragem em auditoria deve ser aplicada usando a abordagem de amostragem estatística, pois não há previsão explícita nas normas do CFC sobre a utilização de amostragem não estatística.

d) O nível de risco de amostragem que o auditor está disposto a aceitar afeta o tamanho da amostra exigido. Quanto menor o risco que o auditor está disposto a aceitar, maior deve ser o tamanho da amostra.

Comentários:

A amostragem de auditoria permite que o auditor obtenha e avalie a evidência de auditoria em relação a algumas características dos itens selecionados de modo a concluir, ou ajudar a concluir sobre a população da qual a amostra é retirada.



A amostragem em auditoria pode ser aplicada usando tanto a abordagem de amostragem não estatística como a estatística, o que faz com que a alternativa C esteja incorreta.

Gabarito: C

34) Em relação ao estabelecido na NBC TA 300 - Planejamento da Auditoria de Demonstrações Contábeis, o planejamento da auditoria envolve a definição de estratégia global para o trabalho e o desenvolvimento de plano de auditoria. Um planejamento adequado é benéfico para a auditoria das demonstrações contábeis de várias maneiras, EXCETO:

- a) possibilitar a responsabilização dos auditores que não cumprirem as obrigações profissionais exigidas no código de ética do contabilista.
- b) auxiliar o auditor a dedicar atenção apropriada às áreas importantes da auditoria.
- c) auxiliar o auditor a organizar adequadamente o trabalho de auditoria para que seja realizado de forma eficaz e eficiente.
- d) facilitar a direção e a supervisão dos membros da equipe de trabalho e a revisão do seu trabalho.

Comentários:

De acordo com a NBC TA 300, o planejamento da auditoria envolve a definição de estratégia global para o trabalho e o desenvolvimento de plano de auditoria.

Um planejamento adequado é benéfico para a auditoria das demonstrações contábeis de várias maneiras, inclusive para:

- auxiliar o auditor a dedicar atenção apropriada às áreas importantes da auditoria;
- auxiliar o auditor a identificar e resolver tempestivamente problemas potenciais;
- auxiliar o auditor a organizar adequadamente o trabalho de auditoria para que seja realizado de forma eficaz e eficiente;
- auxiliar na seleção dos membros da equipe de trabalho com níveis apropriados de capacidade e competência para responderem aos riscos esperados e na alocação apropriada de tarefas;
- facilitar a direção e a supervisão dos membros da equipe de trabalho e a revisão do seu trabalho;
- auxiliar, se for o caso, na coordenação do trabalho realizado por outros auditores e especialistas.

A responsabilização dos auditores não é um dos benefícios do planejamento em auditoria.

Gabarito: A



35) Um auditor, tendo obtido evidência de auditoria apropriada e suficiente, conclui que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes mas não generalizadas para as demonstrações contábeis. Diante dessas circunstâncias, deve o auditor:

- a) abster-se de expressar uma opinião.
- b) expressar uma opinião adversa.
- c) declarar-se impedido de expressar uma opinião.
- d) expressar uma opinião com ressalva.

Comentários:

Como as distorções foram consideradas relevantes, mas não generalizadas, a opinião a ser emitida é a opinião com ressalva.

A opinião adversa seria cabível em caso de entendimento de que as distorções foram consideradas relevantes e generalizadas.

Gabarito: D

36) Segundo a NBC PP 01, que trata do Perito Contábil, podemos fazer as seguintes afirmações,

- a) O perito deve prestar esclarecimentos sobre o conteúdo do laudo pericial contábil ou do parecer técnico-contábil, em atendimento à determinação do juiz ou árbitro que preside o feito, desde que novos honorários periciais sejam pagos, pois os esclarecimentos não estavam previstos na proposta inicial de honorários.
- b) Como a perícia pode não ser executada corretamente, atendendo aos objetivos previstos em seu escopo, não é possível que ocorra a liberação parcial dos honorários periciais, mesmo que sejam previstos gastos com deslocamentos, hospedagem e alimentação, por parte do perito.
- c) O perito deve ressaltar, em sua proposta de honorários, que esta não contempla os honorários relativos a quesitos suplementares e, se estes forem formulados pelo juiz e/ou pelas partes, pode haver incidência de honorários complementares a serem requeridos, observando os mesmos critérios adotados para elaboração da proposta inicial.
- d) O perito pode solicitar a prorrogação do prazo para a entrega do laudo pericial, mesmo que o prazo já esteja vencido, fundamentando seu pedido.

Comentários:

- a) O perito deve prestar esclarecimentos sobre o conteúdo do laudo pericial contábil ou do parecer técnico-contábil, em atendimento à determinação do juiz ou árbitro que preside o feito, **desde que novos honorários periciais**



sejam pagos, pois os esclarecimentos não estavam previstos na proposta inicial de honorários.

Errado, a NBC TP 01 trata desse tema, vejamos:

68. Esclarecimentos são **informações prestadas** pelo perito aos pedidos de esclarecimento sobre laudo e parecer, determinados pelas autoridades competentes, por motivos de **obscuridade, incompletudes, contradições ou omissões**. Os esclarecimentos podem ser prestados de duas maneiras:

- (a) de forma **escrita**: os pedidos de esclarecimentos deferidos e apresentados ao perito, no prazo legal, devem ser prestados por escrito;
- (b) de forma **oral**: os pedidos de esclarecimentos deferidos e apresentados, no prazo legal, ao perito para serem prestados **em audiência** podem ser de forma oral ou escrita.

O perito deve prestar esclarecimentos sobre o conteúdo do laudo pericial contábil ou do parecer técnico-contábil, em atendimento à determinação do juiz ou árbitro que preside o feito, **os quais podem não ensejar novos honorários periciais**, se forem apresentados para obtenção de detalhes do trabalho realizado, uma vez que as partes podem formulá-los com essa denominação, mas serem quesitos suplementares.

O erro da alternativa é condicionar o pagamento de novos honorários para que o perito possa efetuar esclarecimento.

b) Como a perícia pode não ser executada corretamente, atendendo aos objetivos previstos em seu escopo, **não é possível que ocorra a liberação parcial dos honorários periciais**, mesmo que sejam previstos gastos com deslocamentos, hospedagem e alimentação, por parte do perito. **Errado**, segundo o item 39 da NBC PP 01, o perito pode requerer a liberação parcial dos honorários quando julgar necessário para o custeio de despesas durante a realização dos trabalhos.

c) O perito deve ressaltar, em sua proposta de honorários, que esta não contempla os honorários relativos a quesitos suplementares e, se estes forem formulados pelo juiz e/ou pelas partes, pode haver incidência de honorários complementares a serem requeridos, observando os mesmos critérios adotados para elaboração da proposta inicial.

Correto, conforme previsão do item 35, da NBP PP 01. Ao longo da realização da perícia, podem surgir informações novas e que sejam relevantes, assim sendo, pode ser concedido às partes o direito de elaborarem quesitos suplementares. A NBC TP 01 prevê em seu item 37, b, que, na hipótese de apresentação de quesitos suplementares, poderá estabelecer honorários complementares. **Quesitos suplementares a responder, mais honorários a receber (rimou rrsr)**.



d) O perito pode solicitar a prorrogação do prazo para a entrega do laudo pericial, **mesmo que o prazo já esteja vencido**, fundamentando seu pedido. **Errado**, segundo a NBC PP 01, item 29, sempre que não for possível concluir o laudo pericial contábil no prazo fixado pelo juiz, deve o perito do juízo requerer a sua dilação **antes de vencido aquele**, apresentando os motivos que ensejaram a solicitação. Isto é, o pedido de dilação deve ser feito antes do vencimento do prazo, portanto, alternativa errada.

Gabarito → C

37) De acordo com as definições apresentadas na NBC TP 01, efetue as devidas correlações:

- (1) Critério
- (2) Metodologia
- (3) Apêndices
- (4) Anexos

() A faculdade que tem o perito de distinguir como proceder em torno dos fatos alegados para julgar ou decidir o caminho que deve seguir na elaboração do laudo e do parecer.

() conjunto dos meios dispostos convenientemente para alcançar o resultado da perícia por meio do conhecimento técnico-científico, de maneira que possa, ao final, inseri-lo no corpo técnico do laudo e parecer.

() São documentos elaborados pelo perito contábil.

() são documentos entregues a estes pelas partes e por terceiros, com o intuito de complementar a argumentação ou elementos de prova.

- a) 1-2-3-4.
- b) 1-2-4-3.
- c) 2-1-4-3.
- d) 4-3-2-1.

Comentários:

A questão exige o conhecimento da literalidade da norma, vejam:

CRITÉRIO (1) é a faculdade que tem o perito de distinguir como proceder em torno dos fatos alegados para julgar ou decidir o caminho que deve seguir na elaboração do laudo e do parecer.

METODOLOGIA (2) conjunto dos meios dispostos convenientemente para alcançar o resultado da perícia por meio do conhecimento técnico-científico, de maneira que possa, ao final, inseri-lo no corpo técnico do laudo e parecer.



APÊNDICES (3) são documentos elaborados pelo **perito contábil**.

ANEXOS (4) são documentos **entregues a estes pelas partes e por terceiros**, com o intuito de complementar a argumentação ou elementos de prova.

Gabarito→A

38) Os sócios "A", "B", "C" e "D" de uma sociedade empresária decidem excluir o sócio "C" da sociedade. Para tanto, solicitaram ao contador da empresa que elaborasse o Balanço Patrimonial Especial em outubro de 2017, com o objetivo de demonstrar ao sócio "C" a sua parte nos haveres.

O quadro de participação societária era assim constituído:

Sócio "A"	25%
Sócio "B"	25%
Sócio "C"	25%
Sócio "D"	25%

O Patrimônio Líquido da empresa em 31/12/2017 apresentava as seguintes contas e saldos:

- Capital Subscrito	R\$ 500.000
- Capital a Integralizar	R\$ 50.000
- Reserva de Lucros	R\$ 5.000
- Ações em Tesouraria	R\$ 10.000
- Ajuste de Avaliação Patrimonial (saldo devedor)	R\$ 85.000

Com base nos dados acima, em uma Perícia Contábil de Apuração de Haveres, o valor apurado para ser pago ao Sócio "C" é de:

- a) R\$ 94.500,00
- b) R\$ 119.500,00
- c) R\$ 162.000,00
- d) R\$ 92.500,00

Comentários:

Para atender demandas judiciais, temos basicamente duas demonstrações contábeis específicas: **o Balanço Especial e o Balanço de Determinação**.

De acordo com os ensinamentos do professor Remo Dalla Zanna, **Balanço Especial** é aquele elaborado especialmente **na data que ocorreu o evento relevante**, que é objeto da apuração de haveres, como por exemplo, a saída do sócio dissidente ou excluído, o falecimento do sócio e a respectiva avaliação de haveres para seus herdeiros. Geralmente, a



previsão de elaboração de balanço especial está no contrato social da empresa. Vale destacar que a elaboração dessa peça contábil é **responsabilidade** do **contabilista** da empresa, isto é, não é atribuição do Perito Judicial.

Ao receber o Balanço Especial da contabilidade da empresa, o Perito Judicial irá certificar ou ajustar esse demonstrativo, elaborando assim o **Balanço de Determinação**. Essa peça contábil tem como objetivo conhecer o real valor do Patrimônio Líquido de uma empresa na data da avaliação.

Na questão apresentada, o Patrimônio Líquido ajustado da empresa é:

Capital Subscrito	R\$ 500.000,00
Capital a Integralizar	-R\$ 50.000,00
Reserva de Lucros	R\$ 9.000,00
Ações em Tesouraria	-R\$ 4.000,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial (saldo devedor)	-R\$ 85.000,00
Total	R\$ 370.000,00

Portanto, o valor dos haveres devidos ao sócio "C" será de 25% de 370.000 = R\$ 92.500,00

Gabarito → D

39) Uma Sociedade Empresária apresentou, em 30.6.2016, os seguintes dados retirados do seu Balancete de Verificação e a fórmula de Liquidez Geral:

Dados	Valor
Bancos Conta Movimento	R\$192.000,00
Capital Subscrito	R\$1.440.000,00
Duplicatas a Receber – Curto Prazo	R\$144.000,00
Duplicatas a Receber – Longo Prazo	R\$460.800,00
Duplicatas Descontadas – Curto Prazo	R\$32.000,00
Empréstimos Concedidos – Longo Prazo	R\$307.200,00
Empréstimos Obtidos – Curto Prazo	R\$160.000,00
Estoques – Curto Prazo	R\$576.000,00
Fornecedores – Curto Prazo	R\$112.000,00
Terrenos de Uso	R\$64.000,00

Considerando-se apenas os dados apresentados, é CORRETO afirmar que o Índice de Liquidez Seca é de, aproximadamente:

- a) 0,96.
- b) 1,11.
- c) 3,52.
- d) 6,29.



Comentários:

Liquidez seca/Acid test/Teste ácido

$$LS: \frac{\text{Ativo circulante - estoques}}{\text{Passivo circulante}}$$

Trata-se de um índice de liquidez mais rigoroso que a Liquidez Corrente, pois exclui os estoques.

Normalmente, o estoque é o item de mais lenta realização, no Ativo Circulante. Precisa ser vendido, e pode se transformar em duplicatas a receber, no caso das vendas a prazo.

Assim, o Índice de Liquidez Seca mede a capacidade de pagamento das dívidas de curto prazo, sem considerar os estoques.

È um índice mais adequado para as empresas que operam com estoques de difícil realização financeira, geralmente em função do alto valor. Como exemplo podemos citar as empresas do setor imobiliário, nas quais a venda do estoque costuma ser mais lenta.

A conta Duplicatas Descontadas já foi classificada como retificadora do Ativo, mas atualmente é classificada como Passivo.

E a conta Estoque, apesar de ser do Ativo Circulante, não foi incluída. Se incluíssemos o Estoque, depois precisaríamos retirar para calcular a Liquidez Seca.

Vamos calcular:

Conta	Classificação	Saldo
Ativo		
Bancos Conta Movimento	AC	R\$ 192.000,00
Duplicatas a Receber - Custo Prazo	AC	R\$ 144.000,00
Total Ativo Circulante (menos Estoque)		R\$ 336.000,00
Passivo		
Duplicatas descontadas - Curto prazo	PC	R\$ 32.000,00
Empréstimos Obtidos - Curto Prazo	PC	R\$ 160.000,00
Fornecedores - Curto Prazo	PC	R\$ 112.000,00
Total Passivo Circulante		R\$ 304.000,00

Liquidez Seca = $336.000 / 304.000 = 1,11$ (aproximadamente)

Gabarito→B



40) Uma Sociedade Industrial produz e comercializa dois produtos: Produto A e Produto B. Durante o mês de fevereiro, apresentou os seguintes saldos dos Custos Diretos:

	Produto A	Produto B	Total
Matéria Prima	25.000	5.000	30.000
Material Consumido	7.000	11.000	18.000
Custos Diretos	32.000	16.000	48.000

Durante o mesmo mês, foram produzidas e acabadas 400 unidades do Produto A e 100 unidades do Produto B. No mês houve os seguintes Custos Indiretos adicionais:

Depreciação do Período	4.800
Energia Elétrica	19.200
Total	24.000

A empresa adota o método de Custeio por Absorção e faz o rateio dos Custos Indiretos aos produtos com base na quantidade produzida e acabada de cada produto no mês. Com base nos dados apresentados, o Custo Unitário do Produto A no mês de fevereiro é de:

- A) R\$ 80,00.
- B) R\$ 100,00.
- C) R\$ 120,00.
- D) R\$ 128,00

Comentários:

Vamos calcular o custo unitário do produto A:

Custo direto: \$ 32.000 / 400 unidades = \$ 80,00

Custo indireto Produto A: \$ 24.000 / 500 unidades = \$ 48,00

Total custo unitário de A: \$ 80,00 + \$ 48,00 = \$ 128,00

Gabarito → D

41) Uma Indústria produz apenas um produto. No mês de agosto de 2015, produziu e vendeu 500 unidades desse produto. Os custos e as despesas para produzir e vender os produtos foram os seguintes:

- R\$10,00 por unidade de custos variáveis.
- R\$8,00 por unidade de despesas variáveis.



- R\$12,00 por unidade de custos fixos.
- R\$7,00 por unidade de despesas fixas.

Com base nos dados acima e considerando-se que não havia saldo inicial, o custo total dos produtos produzidos e vendidos, utilizando-se o Custeio por Absorção, foi de:

- A) R\$ 5.700,00.
- B) R\$ 6.600,00.
- C) R\$ 8.100,00.
- D) R\$ 11.000,00.

Comentários:

O Custeio por Absorção consiste na apropriação de todos os custos incorridos, sejam fixos, variáveis, diretos ou indiretos, aos produtos fabricados.

Atenção: todos os **CUSTOS**. Despesa não entra.

Agora vamos calcular:

Custos variáveis unitários \$10,00 + custos fixos unitários \$12,00

Custo unitário total = \$ 22,00

Custo total = \$22,00 x 500 unidades = \$ 11.000,0

Gabarito → D

42) No mês de setembro de 2010, foi iniciada a produção de 1.500 unidades de um determinado produto. Ao final do mês, 1.200 unidades estavam totalmente concluídas e restaram 300 unidades em processo. O percentual de conclusão das unidades em processo é de 60%. O custo total de produção do período foi de R\$579.600,00. O Custo de Produção dos Produtos Acabados e o Custo de Produção dos Produtos em Processo são, respectivamente:

- A) R\$446.400,00 e R\$111.600,00.
- B) R\$504.000,00 e R\$75.600,00.
- C) R\$558.000,00 e R\$0,00.
- D) R\$558.000,00 e R\$64.194,00.

Comentários:

Questão de “Equivalente de Produção”. Vamos lá:

Unidades concluídas = 1.200 unidades

Unidades em elaboração = 300 unidades com grau de acabamento de 60%



Produção equivalente = 300 unidades x 60% = 180 unidades

Portanto, para atribuir custo às unidades, precisamos considerar como produção total: 1200 + 180 = 1.380 unidades.

Custo de produção unitário = \$579.600,00 / 1.380 unidades

Custo de produção unitário = \$ 420,00

Custo da produção acabada: 1200 unids. x \$400,00 = \$504.000,00

Já podemos indicar a resposta: letra B.

Quanto ao custo das unidades em processo, podemos calcular de duas formas:

1) Custo total menos o custo da produção acabada:

\$579.600,00 - \$504.000,00 = \$75.600,00

2) Pelo equivalente de produção:

180 unidades x \$420,00 = \$75.600,00

Gabarito → B

43) Uma Sociedade Empresária utiliza o Inventário Permanente para controlar seus estoques e apresentou o seguinte movimento, no mês de fevereiro de 2017, de Estoques de Mercadorias para Revenda:

Dia	Operação
6	Compra de 80 unidades a R\$400,00 cada uma
13	Compra de 140 unidades a R\$440,00 cada uma
20	Venda de 180 unidades por R\$800,00 cada uma
27	Compra de 100 unidades a R\$500,00 cada uma

A Sociedade Empresária adota como base para mensuração do estoque o critério Primeiro a Entrar Primeiro a Sair – PEPS.

Considerando-se apenas as informações apresentadas e de acordo com a NBC TG 16 (R1) – ESTOQUES, e desconsiderando-se os tributos incidentes sobre compras e vendas, o valor do Estoque de Mercadorias para Revenda, no final do mês de fevereiro de 2017, é de:

- A) R\$48.000,00.
- B) R\$56.800,00.
- C) R\$67.600,00.
- D) R\$132.800,00.

Comentários:



Para resolver, vamos apurar o estoque final em quantidade. Depois, é só valorizar pelas últimas compras.

Assim:

Compra de 80 unidades + compra de 140 unidades - venda de 180 unidades + compra de 100 unidades

+60 + 140 - 180 + 100 = 140 unidades = estoque final

As 140 unidades são compostas por:

100 unidades da compra do dia 27; e
40 unidades da compra do dia 13.

100 unidades x \$ 500 = \$50.000

40 unidades x \$ 440 = \$17.600

Estoque final = \$50.000 + \$17.600 = \$ 67.600

Gabarito → C

44) A sociedade empresária Estratégia CFC investiu R\$87.500,00 por um período de 8 anos, com juros compostos de 5% ao semestre. O montante que a empresa terá, caso retire o valor ao final do prazo, é de aproximadamente:

- a) R\$129.000,00
- b) R\$191.000,00
- c) R\$157.000,00
- d) R\$122.000,00

Comentários:

Temos um investimento inicial de $C = 87.500$ com taxa $j = 5\%$ ao semestre. Assim, no lugar do prazo de 8 anos, vamos usar $t = 16$ semestres. Na fórmula dos juros compostos:

$$\begin{aligned}M &= C \times (1+j)^t \\M &= 87.500 \times (1+5\%)^{16} \\M &= 87.500 \times (1,05)^{16} \\M &= 87.500 \times 2,182874 \\M &= 191.001,47 \text{ reais} \\& \text{(aproximadamente 191 mil reais)}\end{aligned}$$

Resposta: B



45) Gabriel Rabelo, tesoureiro da sociedade empresária Estratégia CFC, decidiu quitar um empréstimo de R\$29.000,00 cinco meses antes do seu vencimento. Sabe-se que a taxa de juros compostos é de 2% ao mês. Os valores aproximados de quitação do empréstimo e do desconto racional obtido são, respectivamente:

- a) R\$26.213,00 e R\$2.787,00
- b) R\$26.100,00 e R\$2.900,00
- c) R\$26.266,00 e R\$2.734,00
- d) R\$26.363,00 e R\$2.637,00

Comentários:

Temos um empréstimo cujo valor a ser pago no final do prazo é de $N = 29.000,00$. O prazo de antecipação do pagamento é de $t = 5$ meses, e a taxa de desconto é $d = 2\%a.m.$

Na fórmula do desconto racional composto:

$$N = A \times (1 + d)^t$$

$$29.000 = A \times (1 + 2\%)^5$$

$$29.000 = A \times (1,02)^5$$

$$29.000 = A \times 1,104080$$

$$A = 26.266,21 \text{ reais}$$

$$D = N - A$$

$$D = 29.000 - 26.266,21$$

$$D = 2.733,79 \text{ reais}$$

Resposta: C

46) O professor Claudenir Brito decidiu calcular a idade média dos seus sobrinhos. Para isto, ele começou montando a tabela abaixo, na qual estão resumidas as idades de todos os sobrinhos:

Idade (Xi)	Quantidade de sobrinhos (fi)	Xi.fi
4	3	4x3 = 12
5	2	5x2 = 10
6	0	6x0 = 0
7	4	7x4 = 28
8	1	8x1 = 8

A idade média obtida pelo professor foi de:

- a) 5,8 anos
- b) 6,2 anos
- c) 6,4 anos
- d) 6,6 anos



Comentários:

Como queremos calcular a média da variável "idade", podemos chamar a Idade de X. A coluna das quantidades de sobrinhos nos apresenta frequências simples (fi). A média é obtida assim:

$$Média = \frac{\text{soma de } Xi \cdot fi}{\text{soma de } fi}$$

Podemos criar uma coluna a mais na tabela para colocarmos a multiplicação Xi.fi. Veja:

Idade (Xi)	Quantidade de sobrinhos (fi)	Xi.fi
4	3	4x3 = 12
5	2	5x2 = 10
6	0	6x0 = 0
7	4	7x4 = 28
8	1	8x1 = 8

A soma dos termos da última coluna nos fornece:

$$\text{Soma de } Xi \cdot fi = 12 + 10 + 0 + 28 + 8 = 58$$

A soma das frequências é:

$$\text{Soma de } fi = 3 + 2 + 0 + 4 + 1 = 10$$

Logo, a idade média é:

$$Média = \frac{58}{10} = 5,8 \text{ anos}$$

Resposta: A

47) Não é fundamento da República Federativa do Brasil:

- a) pluralismo político
- b) concessão de asilo político
- c) dignidade da pessoa humana
- d) soberania

Comentários:

Segundo a Constituição Federal:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:



I - a soberania;
II - a cidadania;
III - a dignidade da pessoa humana;
IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
V - o pluralismo político.

É o famoso **SOCIDIVAPLU!**

Gabarito → B.

48) A sociedade empresária Calculus Exatus Ltda. apresentou os seguintes dados contábeis referentes a sua folha de pagamento mensal:

Salários brutos dos contratados: R\$ 50.000,00.

Contribuição dos trabalhadores: 9%.

Contribuição patronal: 20%

Para o caso em concreto, seguem as seguintes notas:

- Desconsiderar a incidência de outros componentes tributários de remuneração ou de encargos sociais.
- Esta situação não está enquadrada entre os casos de desoneração da folha de pagamento (Lei Federal n.º 12.546/2011).
- A sociedade empresária realiza as apropriações dos fatos, inclusive dos ajustes de saldos para conciliar com as guias emitidas para recolhimento, dentro do próprio mês de competência.
- Os pagamentos são realizados no mês subsequente.

Com base em todo o supracitado, assinale a opção que contém, respectivamente, o valor do INSS, enquadrado no grupo Despesas com Pessoal, e o de INSS a Recolher, enquadrado no grupo Salários e Encargos Sociais.

- a) R\$ 10.000,00 e R\$ 10.000,00.
- b) R\$ 14.500,00 e R\$ 10.000,00.
- c) R\$ 10.000,00 e R\$ 14.500,00.
- d) R\$ 14.500,00 e R\$ 14.500,00.

Comentários:

Conforme dispõe a questão:

Salários brutos dos contratados: R\$ 50.000,00.

Contribuição dos trabalhadores: 9% = R\$ 4.500,00.

Contribuição patronal: 20% = R\$ 10.000,00

Com isso, tem-se o seguinte:



Despesas com pessoal: Valor que realmente sai do caixa da empresa (cota patronal de 20%): R\$ 10.000,00.

INSS a recolher: A soma do valor devido pela empresa (R\$ 10.000,00) com o valor a ser descontado do salário dos empregados (R\$ 4.500,00): R\$ 14.500,00.

Gabarito: C

49) De acordo com o que estabelece o Código Civil Brasileiro a respeito do Empresário, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.

II. Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos.

III. Considera-se empresário quem exerce, profissionalmente, atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

A sequência CORRETA é:

a) V, V, V.

b) V, F, F.

c) F, V, F.

d) F, F, V.

Comentários:

I. É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.

Item correto. Literalidade do artigo 967 do Código Civil.

Art. 967. É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.

II. Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos.

Item correto. Literalidade do artigo 972 do Código Civil.

Art. 972. Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos.



III. Considera-se empresário quem exerce, profissionalmente, atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

Item correto. Literalidade do artigo 966 do Código Civil.

Art. 966. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

Gabarito → A.

Temer: Houve parada, mas reforma da Previdência será retomada

Da redação Publicado em 26 jun 2017, 14h17

Em uma tentativa de criar agenda positiva e com um tom otimista, o presidente **Michel Temer** afirmou nesta segunda-feira que não há plano B para o país e que é preciso seguir adiante. “Não há plano B. Há de seguir adiante. Nada nos destruirá. Nem a mim, nem aos nossos ministros”, afirmou Temer a uma plateia de empresários e comerciantes.

Segundo ele, a **reforma da Previdência** será retomada. “Temos de avançar na reforma da Previdência, houve uma pequena parada agora, mas ela será retomada”, disse, durante cerimônia de sanção da lei que regulamenta descontos conforme o meio de pagamento.

A discussão da proposta de emenda constitucional foi suspensa depois que veio à tona o conteúdo da delação premiada do empresário Joesley Batista. O executivo gravou conversa com Temer e afirma que o presidente consentiu com a compra do silêncio do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha. O presidente nega.

Temer disse ainda que a população sabe que seu governo é de transição e que ele está consciente de que a pauta da Previdência não tem apelo eleitoral, mas precisa ser feita. “Estamos fazendo uma transição para quem vier depois encontrar o país nos trilhos”, disse.

Apesar do tom otimista, interlocutores do presidente reconhecem que a pauta principal da Câmara no momento é aguardar o recebimento da denúncia contra o presidente, que deve ser apresentada entre esta segunda e a terça pelo procurador-geral, Rodrigo Janot.

Líderes da base aliada afirmaram não ser possível assegurar a rejeição da denúncia. Mesmo com uma coalizão estimada em cerca de 400 deputados, parlamentares ponderam que o teor da acusação formal e os seus desdobramentos podem influenciar o posicionamento dos congressistas, aumentando o risco de Temer sofrer um revés.



A denúncia é apresentada no Supremo Tribunal Federal e depois encaminhada para a Câmara, onde tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) antes de seguir para o plenário. São necessários os votos de 172 dos 513 deputados para derrubá-la. Se aprovada por no mínimo dois terços da Casa, retorna ao Supremo. Caso a Corte aceite a acusação, o presidente se afasta do cargo obrigatoriamente por 180 dias.

Veja.com

Marque a alternativa que mantenha a informação, a coesão e a coerência entre as ideias do trecho abaixo:

A denúncia é apresentada no Supremo Tribunal Federal e depois encaminhada para a Câmara, onde tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) antes de seguir para o plenário. São necessários os votos de 172 dos 513 deputados para derrubá-la. Se aprovada por no mínimo dois terços da Casa, retorna ao Supremo. Caso a Corte aceite a acusação, o presidente se afasta do cargo obrigatoriamente por 180 dias.

(A) A denúncia é apresentada no Supremo Tribunal Federal e depois fora encaminhada para a Câmara, que tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) antes de seguir para o plenário. Necessitam-se dos votos de 172 dos 513 deputados para derrubá-la. Contanto que aprovada por no mínimo dois terços da Casa, retorna ao Supremo. Caso a Corte aceite a acusação, o presidente se afasta do cargo obrigatoriamente por 180 dias.

(B) Apresentam-se a denúncia no Supremo Tribunal Federal e depois encaminhada para a Câmara, por onde tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) antes de seguir para o plenário. São necessários os votos de 172 dos 513 deputados para derrubá-la. Se for aprovada por no mínimo dois terços da Casa, retorna ao Supremo. Caso a Corte aceitar a acusação, o presidente se afasta do cargo obrigatoriamente por 180 dias.

(C) Apresenta-se a denúncia no Supremo Tribunal Federal e depois ela é encaminhada para a Câmara, em que tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) antes de seguir para o plenário. Necessita-se dos votos de 172 dos 513 deputados para derrubá-la. Caso aprovada por no mínimo dois terços da Casa, retorna ao Supremo. Se a Corte aceitar a acusação, o presidente se afasta do cargo obrigatoriamente por 180 dias.

(D) A denúncia é apresentada no Supremo Tribunal Federal e depois encaminhada para a Câmara, pois tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) depois de seguir para o plenário. É necessário votos de 172 dos 513 deputados para derrubá-la. Se aprovada por no mínimo dois terços da Casa, retorna ao Supremo. Caso a Corte aceite a acusação, o presidente se afasta do cargo obrigatoriamente por 180 dias.

Comentários:



Esta questão trabalha a reescrita de trechos. Assim, basta ficar bem atento a cada elemento linguístico modificado. Deixei os elementos errados em cor vermelha e os corretos em cor azul.

A alternativa (A) está errada, pois não cabe o pretérito mais-que-perfeito do indicativo “fora” no contexto, pois ele não expressa uma ação anterior a outra também no passado. O pronome relativo “onde” não pode ser substituído apenas por “que”, mas por “em que” ou “na qual”, neste contexto. O verbo “Necessitam” é transitivo indireto e o pronome “se” é o índice de indeterminação do sujeito, por isso tal verbo não pode se flexionar no plural. A conjunção condicional “Se” pode ser trocada pela locução conjuntiva de mesmo valor “Contanto que”. Confirme:

*A denúncia é apresentada no Supremo Tribunal Federal e depois **fora** encaminhada para a Câmara, **que** tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) antes de seguir para o plenário. **Necessitam**-se dos votos de 172 dos 513 deputados para derrubá-la. **Contanto que** aprovada por no mínimo dois terços da Casa, retorna ao Supremo. Caso a Corte aceite a acusação, o presidente se afasta do cargo obrigatoriamente por 180 dias.*

A alternativa (B) está errada, pois o verbo “Apresentam” tem como sujeito o termo singular “a denúncia”, por isso não pode se flexionar no plural. Não cabe a preposição “por” diante do pronome relativo “onde”. Cabe a inserção do verbo no futuro do subjuntivo “for”, tendo em vista a condição futura; mas não cabe a inserção desse tempo verbal (“aceitar”) com a conjunção também condicional “Caso”.

***Apresentam-se a denúncia** no Supremo Tribunal Federal e depois encaminhada para a Câmara, **por onde** tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) antes de seguir para o plenário. São necessários os votos de 172 dos 513 deputados para derrubá-la. **Se for** aprovada por no mínimo dois terços da Casa, retorna ao Supremo. Caso a Corte **aceitar** a acusação, o presidente se afasta do cargo obrigatoriamente por 180 dias.*

A alternativa (C) é a correta. Primeiro, houve a simples transposição da voz passiva analítica “A denúncia é apresentada” para a sintética “Apresenta-se a denúncia”. Em seguida, foi inserida a expressão já subentendida no original “ela é”, a fim de manter a coesão. Além disso, o pronome relativo “onde” pode ser sempre substituído por “em que”. A ideia de que os votos são necessários se manteve na construção do verbo transitivo indireto “Necessita”, seguido do índice de indeterminação do sujeito “se”, o qual força tal verbo ao singular. Naturalmente tal verbo exige a preposição “de”.

Cabe a simples troca entre as conjunções condicionais “Caso” e “Se”. Note que a conjunção “Se” admite o futuro do subjuntivo “aceitar”. Confirme:

***Apresenta-se a denúncia** no Supremo Tribunal Federal e depois **ela é** encaminhada para a Câmara, **em que** tramita na Comissão de Constituição*



e Justiça (CCJ) antes de seguir para o plenário. *Necessita-se dos votos de 172 dos 513 deputados para derrubá-la. Caso aprovada por no mínimo dois terços da Casa, retorna ao Supremo. Se a Corte aceitar a acusação, o presidente se afasta do cargo obrigatoriamente por 180 dias.*

A alternativa (D) está errada, porque o pronome relativo “onde” marca a noção de lugar, não cabendo a substituição pela conjunção de causa “pois”. Além disso, o sentido original foi mudado e implica incoerência na substituição de “antes” por “depois”. Note que cabe a substituição de “São necessários os votos” por “É necessário votos”. Isso porque, em expressões como “é necessário”, “é preciso”, tal predicado nominal só se flexiona se o sujeito mantiver um artigo determinado.

A denúncia é apresentada no Supremo Tribunal Federal e depois encaminhada para a Câmara, pois tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) depois de seguir para o plenário. É necessário votos de 172 dos 513 deputados para derrubá-la. Se aprovada por no mínimo dois terços da Casa, retorna ao Supremo. Caso a Corte aceite a acusação, o presidente se afasta do cargo obrigatoriamente por 180 dias.

Gabarito: C